

PRÁTICAS CONTRA COLONIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES: o Estágio de docência na Educação Superior

GT 12: Formação de professores

Trabalho completo

Amanda Pereira da Silva AZINARI (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)
Filomena Maria de Arruda MONTEIRO (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)
Elizabeth Ângela dos Santos TORSI (Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT)
Lisanil da Conceição Patrocínio PEREIRA (Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT)

Resumo

Apresentamos reflexões sobre o estágio de docência na Educação Superior desenvolvido na UNEMAT campus de Juara, no curso de Licenciatura em Pedagogia. Enquanto uma exigência da CAPES para bolsistas, o estágio integra também o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) em nível de Doutorado cursado pela primeira autora. As disciplinas envolvidas são: Conteúdos e Metodologias das Artes para o início da Escolarização e Metodologia Científica. Esta experiência aponta para a importância das reflexões coletivas e contra-coloniais no contexto do estágio que considere outras lógicas e pedagogias fundamentadas em princípios éticos e estéticos interculturais.

Palavras-chave: Estágio de docência, Contra-colonialidade, Formação de Professores, Educação Superior

1 Introdução

O estágio de docência tem sido um importante espaço de reflexões sobre a formação de professoras e professores. Esta experiência está fundamentada na concepção de que o estágio enquanto compõe o processo de Desenvolvimento Profissional Docente considerando que a formação é permanente e inacabada (Freire, 1996), Marcelo (2009).

Nos respaldamos na Resolução CONSEPE N° 076, de 23 de agosto de 1999 que institui e regulamenta o Estágio de Docência na Graduação, para os Discentes dos Cursos de Pós-Graduação “Stricto Sensu”, da Universidade Federal de Mato Grosso.

Para tanto, o estágio encontra-se em pleno desenvolvimento no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara, em duas disciplinas: Metodologia Científica e Conteúdos e Metodologias das Artes para o início da Escolarização no período entre setembro a novembro de 2024.

As professoras regentes das referidas disciplinas pertencem ao quadro efetivo da UNEMAT, uma delas com mais de 20 anos de experiência e a outra com mais de 10 anos de

experiência. Ambas as docentes possuem qualificação profissional em nível de pós-graduação, sendo uma delas formada em graduada, mestre e doutora em Geografia e a outra graduada em Pedagogia, mestre e encontra-se em processo de doutoramento na área de educação.

O texto será apresentado, em sua maior parte, a partir de uma abordagem narrativa e (auto) biográfica considerando que as experiências são elementos fundamentais para compreender os fenômenos da docência ao potencializar os processos reflexivos quando narramos sobre si e sobre os episódios vivenciados.

Assim, cabe destacar que parte dessas compreensões advém das histórias de vida da primeira autora que é doutoranda e de um movimento de aproximação da perspectiva contra colonial enquanto um posicionamento ético-político, correlacionando aos estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Formação Docente (GEPForDoc) que ampliaram horizontes quanto ao conceito de experiência concernente à Pesquisa Narrativa (Clandinin, Connelly, 2015).

2 O curso de Pedagogia da UNEMAT, campus de Juara: o cenário para o estágio

O município de Juara foi colonizado por pessoas que migraram do Sul do país nos anos de 1970 a partir de um empreendimento privado com a SIBAL – Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica. Tal processo decorre da política de (re) ocupação territorial encampada pelo Governo Militar da época cuja proposta era a integração do Centro Oeste ao restante do país. Populações indígenas foram dizimadas, outras sobreviveram a partir do contato com os brancos e permaneceram na região após processos de demarcações de suas terras (Sant’Ana, 2009).

O campus da UNEMAT de Juara foi criado em 2001, neste contexto colonialista, a princípio enquanto Núcleo Pedagógico vinculado ao campus de Sinop. Ocorre em um momento de expansão da Educação Superior no país e anteriormente a este processo, foram ofertadas em Juara “turmas especiais¹” com os cursos de Administração, Ciência Contábeis e Letras. Atualmente, o campus de Juara oferta dois cursos regulares Administração e Pedagogia, e outros cursos nesta modalidade de turmas “parceladas” de Agronomia, Letras e Engenharia Civil.

¹ Turmas de oferta única.

Figura 1 Sede da UNEMAT, campus de Juara



Fonte: Acervo pessoal (2019)

O curso de Licenciatura em Pedagogia foi criado em 2005 quando se torna um campus universitário independente. Segundo o Projeto Curricular do Curso tem por objetivo:

[...] a formação do profissional para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental incluindo EJA - Educação de Jovens e Adultos e em ambientes escolares e não escolares, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, conforme Art. 2º da Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006. (MATO GROSSO, 2024, p. 3)

De acordo com o mesmo projeto curricular, o curso é noturno com oferta semestral de 40 vagas com duração de 8 semestres, com disciplinas que vão desde os fundamentos, as metodologias do ensino, didática, metodologia científica, estágio supervisionado. Também integra o processo formativo os projetos de extensão e de pesquisa.

O curso já formou aproximadamente 700 pedagogas e pedagogos e tem contribuído para a qualificação profissional em todo o Vale do Arinos, constituído pelos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã e Porto dos Gaúchos. Também já foram ofertados cursos de especializações na área da Educação e Administração. Na área da Educação foram ofertadas as especializações em Educação e Diversidade e Docência na Educação Superior tendo a participação de estudantes indígenas.

A primeira autora cursou a graduação em Pedagogia entre o período de 2006 a 2010, e em seguida, a especialização em Educação e Diversidade em 2012, mesmo período em que é constituído o Laboratório de estudos e pesquisas da diversidade da Amazônia Legal (LEAL)².

² O LEAL tem se dedicado a construir espaços formativos em diálogo com os movimentos sociais do campo, populações indígenas e quilombolas. Para além da pesquisa, este é um grupo que realiza diferentes trabalhos com a formação continuada de professoras/es da Educação Básica em várias localidades do estado com a extensão universitária, que para nós, tem se constituído em um espaço contra colonial porque dialoga com saberes outros e realiza um enfrentamento político em favor dessas populações. O Grupo é liderado pela Professora Dra. Lisanil da C. Patrocínio Pereira e vice-líder Dra Waldineia Antunes de A. Ferreira.

As disciplinas em que o estágio está sendo desenvolvido são: Conteúdos e Metodologias das Artes para o início da Escolarização e Metodologia Científica, ambas com carga horária de 60 horas. De acordo com a ementa das referidas disciplinas e em conversa com as professoras regentes, foram organizados os planos de trabalho do estágio que passou pela anuência das docentes da UNEMAT, do Colegiado de Curso, da professora orientadora da UFMT e do Colegiado da Pós-Graduação.

Após a aprovação dessas instâncias, deu-se o início a práticas de observação participante, que a pedido das professoras regentes, pode-se contribuir com os debates e organizar oficinas de escrita acadêmica com a primeira fase formativa e de artes com cinema e o Teatro do Oprimido com a sexta fase. Essas experiências serão descritas no próximo tópico.

3 A universidade pública e as práticas contra coloniais no estágio de docência na Educação Superior: olhares para as diferenças

O histórico de colonização e apagamento das diferenças étnicas e culturais com os processos de invasão territorial, escravização de populações negras e indígenas desde o século XVI aliado à concentração da terra, moldou a educação pública brasileira reproduzindo currículos e práticas descontextualizadas, desconsiderando saberes das diferentes matrizes étnicas. Quijano (2005) denominou esse processo de colonialidade do saber, do ser e do poder.

Luciana Balletrin, em seu texto, “América Latina e o giro decolonial” publicado na Revista Brasileira de Ciência Política em 2013, apresenta a constituição e trajetória do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado por diferentes pesquisadoras e pesquisadores da América Latina enquanto uma aposta epistêmica para superar as colonialidades que permanecem.

O Grupo M/C emergido no início dos anos de 1990, protagoniza um movimento epistêmico e político nomeado de “decolonial”. Assim, ela afirma que o “[...] coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013, p. 89).

Embora o grupo M/C liderado por pesquisadores como Ramón Grasfoguel, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, por exemplo, tenha mobilizado a construção de outras formas de pensar a academia e a ciência a partir dos contextos locais da América Latina, ressalta-se que boa parte dos integrantes desse movimento epistêmico foram formados nas

universidades norte americanas ou europeias, cujas bases epistêmicas foram constituídas a partir da colonialidade, e pouco trataram sobre as questões raciais em suas análises.

Em contrapartida, a professora e pesquisadora do povo *aymara* da Bolívia, Silvia Riviera Cusicanqui, chamou a atenção para certos “modismos acadêmicos”, pois alegou que o movimento epistêmico precisa estar conectado à vida das pessoas, surgir de dentro das comunidades e não ao contrário. Para ela, as estruturas de desigualdades mais profundas permanecem presas em um “colonialismo interno”.

Os movimentos populares indígenas e negros, reacendem pistas para uma maior radicalidade em contra colonizar, já que é impossível acabar com a colonização, uma vez que, muitas vidas se perderam nesse processo e não se pode voltar no tempo. Geni Nunez, pesquisadora indígena do povo guarani, afirma que as vertentes pós-colonial, decolonial, descolonial embora tenham enormes contribuições, são perspectivas que desconsideraram pessoas indígenas em suas teorizações. Por isso, ela defende que “versões anticoloniais são uma forma de partilhar os saberes, em (des)territorializações contínuas, não de encontrar uma outra verdade única e melhor que a anterior” (Longhini, 2022, p. 20).

Nêgo Bispo³ conceitua o que compreende por colonização e contra colonização:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (Santos, 2015, p. 47-48)

Nesse caminho, entende-se que a universidade também é este território de luta e resistência, e por isso, um lugar para contra colonizar, já que é por meio de práticas e ações curriculares que os modos de pensar são socializados nessas instituições acolhendo ou excluindo pessoas e saberes.

3.1 Narrando sobre a performatividade da docência e o encobrimento das diferenças no estágio.

Ao realizar o estágio de docência em duas turmas do curso de Pedagogia, destaco dois pontos importantes para reflexão. Um deles, foi observado na primeira fase formativa, composta em sua maior parte, de estudantes negros e negras e conta com a presença de

³³ Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo foi um líder comunitário e intelectual de origem quilombola que escreveu diversos livros sobre os processos de resistência negra, indígena e de trabalhadores camponeses.

estudantes indígenas pertencentes aos povos Kawaiwete e Apiaká de Juara, e Arikapú do estado do Pará.

Figura 2 Aulas de Metodologia científica



Fonte: Acervo da primeira autora (2024)

A discussão feita nesta turma tem sido sobre a Metodologia Científica e a organização de acadêmicas/os no X Kalunga, evento organizado há aproximadamente 12 anos no Vale do Arinos que evidencia a cultura afro-brasileira baseando-se na lei nº 10.639/03. O evento inclui religiões de matriz africana, grupo de capoeira, escolas e universidades, bem como, personalidades, artistas negros e negras que se apresentam publicamente contribuindo com a arte regional.

Ao me colocar na condição de estagiária, vou ouvindo e anotando, e também contribuindo com algumas reflexões a pedido da docente formadora. Em uma dessas contribuições, pude contextualizar um pouco a respeito dos processos coloniais na América Latina e no Brasil articulando com o surgimento da ciência no período transitório da Idade Média para a modernidade até os dias atuais. Esse diálogo foi sendo tecido coletivamente com embasamento em autores e autoras negras e indígenas, a exemplo de Aimé Cesarie, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Ailton Krenak e Geni Longhini. Na medida em que o diálogo ia sendo construído, pude contextualizar sobre a produção das diferenças a partir do olhar europeu sobre os corpos das populações originárias e negras.

Um texto que serviu também de embasamento foi de Kabengele Munanga, “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” fruto de Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. O texto permitiu o diálogo com conceitos indispensáveis para se pensar na produção das diferenças. E por se tratar de uma turma recém ingressada na universidade, apesar de a maioria ser composta por pessoas negras e indígenas, falar de racismo e raça pareceu incomodar uma parcela de estudantes, pois havia olhares assustados, ao mesmo tempo, concentrados durante nossa conversa. Também houve quem não quis participar saindo da sala inúmeras vezes.

Outro fato marcante, foi perguntar a respeito da presença indígena em Mato Grosso, um dos estados com maior população indígena do Brasil, e também como esta presença compõe nosso município. Boa parte das/os estudantes desconheciam os nomes das etnias e quais povos residem na região. Inclusive dialogamos sobre as línguas maternas a respeito dos povos presentes em Juara: Apiaká, Munduruku, Kawaiwete e Rickbaktsa. Os três últimos são falantes de seus idiomas, já o povo Apiaká perdeu a maior parte dos anciãos falantes, como também, possui histórico mais intenso de contato com brancos, o que favoreceu o apagamento da língua materna. Apresentei a turma materiais didáticos produzidos pelos próprios povos, apresentando a autoria indígena e a importância da guarda desses saberes ancestrais.

Em nossa conversa, também conversamos sobre os saberes que não são reconhecidos como ciência, a exemplo da medicina tradicional que não é valorizada. Apresentei as legislações que garantem o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas e universidades, como as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 como acréscimos à LDB nº 9394/96.

Na sexta fase formativa, a disciplina que envolve conteúdos e metodologias do ensino das artes para os anos iniciais tem propiciado um espaço frutífero para pensar a Arte enquanto componente curricular ameaçado pelas reformas educacionais, bem como, os processos em que aqueles/as estudantes estão vivenciando com o estágio supervisionado nas escolas públicas do Vale do Arinos. Ao realizar leituras de textos previamente organizados pela docente regente, as/os estudantes refletiram sobre a prática nas escolas, o que tem gerado debates importantes para a formação acadêmica e humana numa perspectiva mais crítica.

Destaco a preocupação de alguns acadêmicos em poder realizar práticas diferenciadas em sala de aula alegando a ausência de espaço para isso, já que há uma exigência muito grande quanto aos conteúdos apostilados do chamado “Sistema Estruturado de Ensino” adotado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, assim como, a cobrança e sobrecarga a que tem vivido professoras/es, gestores e estudantes com o acúmulo de avaliações externas.

Apesar dos avanços consideráveis a despeito das legislações como a própria Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96, a perversidade colonial produziu um descaso com a formação de professoras e professores, e desde os anos 1990, tem implementado políticas neoliberais que “invadem” também, o território da formação docente, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, conhecida como BNC-Formação que apresenta fortes tendências à performatividade docente como um requisito a valorização profissional.

Sobre um viés reformista, a BNC-Formação tem se configurado em uma listagem de habilidades e competências, com orientações valorizando a prática no contexto das

universidades. Farias (2020, p. 141) após análise minuciosa dos textos que embasam a proposta da BNC-Formação aliada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alerta que “as políticas decorrentes da BNCC impactam no trabalho docente ao posicionarem o professor como o principal responsável pelo diferencial do ensino “eficiente”, o que exige das/dos docente, um movimento performativo e produtivista.

Mais do que pensar sobre o ensino, as universidades enquanto instituições de formação profissional respondem a diferentes interesses, que segundo Santos (2010, p. 113), “[...] é um bem público intimamente ligado ao projeto de país”. O estágio, nesse contexto, “[...] tem a função de eliminar o hiato entre a formação profissional formal e a vida profissional, de forma que não ocorra um distanciamento entre o curso de formação e a profissão” (Pereira e Paixão, 2022, p. 3).

Em um outro momento, pude desenvolver oficinas de cinema e teatro. A pedido da professora regente, organizei uma sessão de cinema nacional com o filme “Descalço sobre a terra vermelha” que narra vida do Bispo Emérito da Prelazia de São Felix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga apresentando o contexto político e histórico do período ditatorial. Após o filme que tem a duração de 3 horas, realizamos reflexões sobre o que mais chamou a atenção das/os estudantes. Os fatos abordados foram: o poder da Igreja Católica, a violência de gênero, a luta pela terra, questões indígenas, o papel da imprensa, presos da Ditadura, educação, natureza, uma igreja para os pobres, etc.

A partir deste diálogo, fui provocando a turma a pensar em formas de opressão presentes no filme para articular ao Teatro do Oprimido desenvolvido por Augusto Boal. Essa modalidade de teatro foi apresentada a turma que se mostrou muito interessada em conhecer. Apresentei como o T.O. foi sendo constituído a partir do Teatro Imagem, Teatro Invisível, Teatro Jornal e Teatro Fórum no contexto da Ditadura Militar, em que Boal foi exilado em outro país. Assim, as/os estudantes também fizeram reflexões sobre esse período da história brasileira em que artistas, jornalistas e professores/as foram perseguidas/os e tiveram suas vidas ceifadas por um sistema opressor.

Após essa conversa, também correlacionei o livro Pedagogia do oprimido de Paulo Freire para que pudessem pensar a respeito dos sistemas de opressão no contexto da escola, assim, o tema dos estágios em que encontravam-se desenvolvendo também é retomado. Isso foi um movimento importante, considerando que foi um espaço de escuta sensível sobre os dilemas vividos por essas pessoas durante o processo de desenvolvimento profissional.



Figura 3 Mosaico de fotos nas aulas de Artes



Fonte: Acervo da primeira autora (2024)

As dinâmicas teatrais foram imprescindíveis para construir relações afetivas também com as/os estudantes, ali puderam colocar emoções para fora, sorrir, gritar, soltar o corpo em atividades próprias para explorar a corporeidade em linguagem cênica. Também foi o momento de vivenciar técnicas do Teatro Fórum a partir de cenas vistas no filme e que os inquietaram.

Concordo com a afirmação de Cusicanqui quando diz que não podemos separar o pensar do fazer, já que a prática contribui para a reflexão teórica e vice-versa. Teoria e prática são elementos constituintes do fazer docente. E neste caso, falo de um fazer docente conectado à realidade vivida pelas/os estudantes universitárias/os.

[...] nos resistimos a toda modalidade del pensamiento fundada en la separación, en el binarismo y en el divorcio entre el pensar y el hacer [...] se trata también de repudiar la separación entre el pensar académico y la reflexividad diaria de la gente de a pie, ese pensar que surge de las interacciones y conversaciones en la calle, de los sucesos colectivos vividos con el cuerpo y los sentidos (Cusicanqui, 2018, p. 105)

Compreendo que a participação nestas atividades foi imprescindível para uma aprendizagem contra colonial, porque é preciso sentir e aprender com o corpo todo modos outros de compreender e interpretar o mundo. Todas as pessoas que estiveram presentes nesta aula se engajaram e participaram de todas as atividades propostas, finalizando com uma breve conversa em que pude ouvir suas percepções a respeito da experiência com o cinema nacional e com o T.O. que se apresentou de forma positiva e reflexiva.

5 Considerações finais

As atividades de estágio ainda estão acontecendo e estão previstas para concluir em novembro deste ano. Enquanto parte da formação profissional na pós-graduação, compreendo que é pertinente a experiência nesse lugar chamado “sala de aula”, ainda que a primeira autora já tivesse experiência por aproximadamente 10 anos na Educação Superior como docente contratada no curso de Pedagogia. É no exercício da prática pedagógica que as diferentes dimensões da profissão vão surgindo e nos colocando situações reais para serem analisadas e resolvidas.

Consideramos práticas contra coloniais o processo que envolve as narrativas de diferentes populações quebrando um ciclo de silêncios impostos pela colonização. Contra colonizar no espaço do estágio é permitir que docentes e discentes participem ativamente do processo formativo trazendo suas indagações e proposições para serem debatidas e servirem de instrumento de luta coletiva.

O trabalho com as leis nº 10.639/03 e 11.645/08 tem sido parte desse processo que denominamos de contra colonial, pois são legislações fruto de luta e movimento de resistência dos povos negros e indígenas brasileiros.

Tem sido possível observar a importância de levar para a formação docente textos e práticas que dialoguem com os diferentes autores e autoras latino americanos, bem como, com práticas que envolvam saberes outros que provoquem deslocamentos nas formas de pensar o conhecimento sobre a docência e sobre o conteúdo em si a ser estudado.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- CLANDININ, J. Connelly, F. M., **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Rev. Trad. Grupo GPNEP – Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.



CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Un mundo ch'ixi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. 1a ed. - Ciudad Autónoma. de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. Trad. Anísio Teixeira. 2 ed. São Paulo: ed. Nacional, 1976.

FARIAS, Marcela Clarissa Damasceno Rangel de. **A docência em fios: alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio Sinos. Programa de Pós-graduação em Educação. São Leopoldo, 2020. 213 f.

FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, Antônio. FINGER, Mathias. (Orgs). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

MARCELO, Carlos. **Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro**. Sísifo / revista de ciências da educação · n.º 8 · jan/abr 09

MATO GROSSO. Universidade do Estado de Mato Grosso. **Projeto Político Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Faculdade de Educação, Campus de Juara, 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

PEREIRA, Aline Luquini. PAIXÃO, Jairo Antônio da. Estágio de docência: caminhos formativos para a educação superior na perspectiva de estudantes de pós-graduação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, 27: e225341, 2022.

RESOLUÇÃO. CONSEPE nº 076, de 23 de agosto de 1999 que institui e regulamenta o **Estágio de Docência na Graduação, para os Discentes dos Cursos de Pós-Graduação “Stricto Sensu”**, da Universidade Federal de Mato Grosso.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados**. INCT, UnB, Brasília-DF: 2015.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas: colonização de Juara – Mato Grosso- discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.